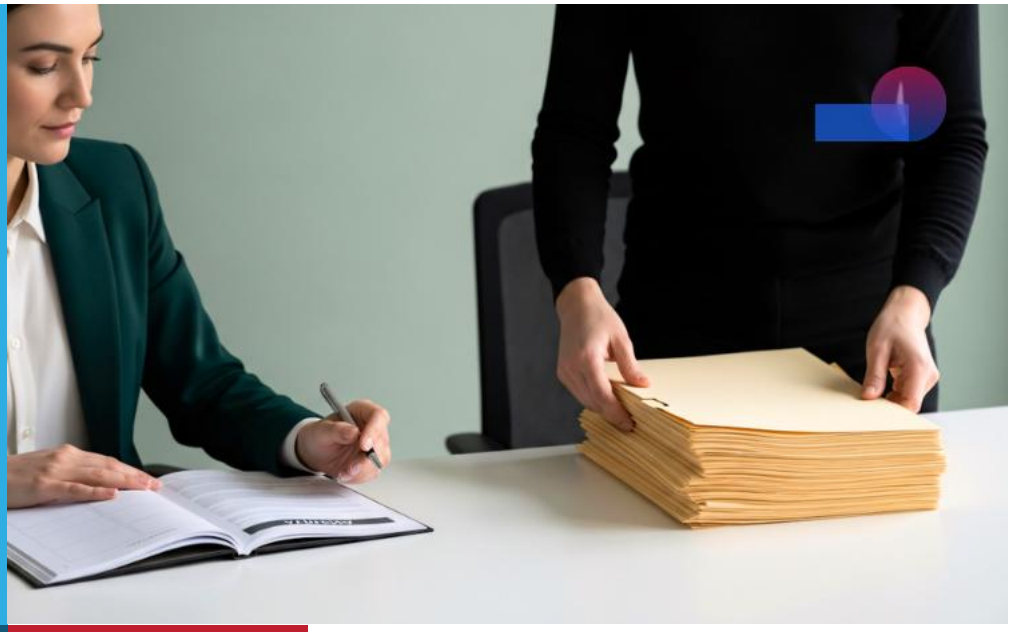
Gestão do Plano de Trabalhos e Alterações Contratuais



7 Horas | **220 €**

incurso capital humano

Apresentação
As alterações introduzidas no Código dos Contratos Públicos (CCP), nomeadamente pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, e pelos diplomas posteriores, justificam a atualização dos conhecimentos dos profissionais envolvidos na gestão, fiscalização e execução de contratos de empreitada de obras públicas. Em 2026, assume particular relevância a análise do Decreto-Lei n.º 177/2026, de 4 de setembro, em vigor desde 1 de outubro, que introduz alterações ao regime das modificações objetivas dos contratos e da resolução alternativa de litígios pré-contratuais e contratuais.

A presente ação de formação visa analisar a articulação entre o Plano de Trabalhos da proposta adjudicada, o Plano de Trabalhos Ajustado na Consignação e o Plano de Trabalhos Modificado, considerando as implicações dos erros e omissões, dos trabalhos complementares e das prorrogações de prazo na execução contratual. Pretende-se reforçar a capacidade dos participantes para interpretar e aplicar o enquadramento legal em vigor, identificar os pressupostos das alterações contratuais e avaliar as respetivas consequências nos prazos, nos custos e no equilíbrio financeiro do contrato.

Destinatários
Quadros técnicos afetos à gestão, fiscalização e execução de contratos de empreitada de obras públicas de entidades adjudicantes ou adjudicatárias, nomeadamente engenheiros, arquitetos, gestores de projeto, diretores de obra, fiscais de obra e técnicos com responsabilidades na gestão contratual.

Objetivos Gerais
Atualizar e consolidar conhecimentos sobre o regime jurídico e a aplicação prática das disposições do Código dos Contratos Públicos relativas à gestão do Plano de Trabalhos, aos erros e omissões, aos trabalhos complementares, às prorrogações de prazo e às modificações contratuais em empreitadas de obras públicas.

Objetivos Específicos
No final da formação os formandos deverão ser capazes de:

-Identificar as principais disposições legais aplicáveis à gestão e execução dos contratos de empreitada de obras públicas, considerando as alterações legislativas relevantes até outubro de 2026.

-Distinguir o Plano de Trabalhos da proposta adjudicada, o Plano de Trabalhos Ajustado na Consignação e o Plano de Trabalhos Modificado, identificando as respetivas finalidades e condições de utilização.

-Identificar as regras aplicáveis à elaboração dos projetos, bem como as atividades críticas e o caminho crítico do Plano de Trabalhos.

-Analisar os pressupostos e os procedimentos aplicáveis às prorrogações de prazo, considerando os atos ou decisões do dono da obra, a suspensão dos trabalhos, os casos de força maior e o incumprimento do empreiteiro.

-Identificar os pressupostos, o âmbito e a repartição de responsabilidades relativos aos erros e omissões dos projetos.

-Aplicar os critérios legais relevantes para a análise dos trabalhos complementares, incluindo os limites, a formação dos preços e as implicações nos prazos de execução.

INCURSO, Capital Humano
NIF: 505 132 320
geral@incurso.pt

Avenida Conde de Margaride, 259 A | 4810-535 Guimarães | Portugal

Avenida da República, 45 | 1º Andar | Escritório 2 | 1050-187 Lisboa | Portugal

Inscrições
comercial@incurso.pt
+351 253 780 190
incurso.pt

-Analisar as condições e os limites das modificações objetivas dos contratos, considerando o regime legal em vigor e os seus efeitos na execução contratual.

-Avaliar as consequências das alterações ao Plano de Trabalhos nos prazos, nos custos e no equilíbrio financeiro do contrato.

-Identificar as condições relevantes para a reposição do equilíbrio financeiro do contrato e os mecanismos de resolução alternativa de litígios aplicáveis à execução contratual.

Programa
Gestão do Plano de Trabalhos e Alterações Contratuais (07H)
1. Plano de Trabalhos

1.1. Plano de Trabalhos no Caderno de Encargos do Procedimento.

1.2. Regras a observar na elaboração de projetos, considerando o enquadramento legal aplicável.

1.3. Plano de Trabalhos da proposta adjudicada.

1.4. Atividades críticas e caminho crítico do Plano de Trabalhos.

1.5. Plano de Trabalhos Ajustado na Consignação.

2. Prorrogações de Prazo e Modificações Contratuais

2.1. Decisões ou atos do dono da obra que originam perturbações no Plano de Trabalhos.

2.2. Suspensão dos trabalhos e respetivas consequências na execução do contrato.

2.3. Casos de força maior e respetivas implicações no prazo de execução.

2.4. Incumprimento da entidade empreiteira e consequências contratuais.

2.5. Erros e omissões de projeto: âmbito, identificação e responsabilidade pelo suprimento.

2.6. Trabalhos complementares: pressupostos, limites legais, formação de preços e efeitos nos prazos.

2.7. Modificações objetivas do contrato: fundamentos, condições, limites e enquadramento legal atualizado, incluindo as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2026, de 4 de setembro.

2.8. Plano de Trabalhos Modificado: pressupostos, elaboração e atualização, consequências nos prazos e nos custos.

2.9. Reposição do equilíbrio financeiro do contrato e alteração das circunstâncias: pressupostos e condições de aplicação.

2.10. Resolução alternativa de litígios pré-contratuais e contratuais: enquadramento e relevância na gestão dos contratos de empreitada.

Certificação
A Incurso disponibiliza a todos os formandos que terminem o curso com sucesso um certificado de participação.

O Certificado de Participação é gerado após o termino do curso a todos os que assistirem a pelo menos 50% do curso.

INCURSO, Capital Humano
NIF: 505 132 320
geral@incurso.pt

Avenida Conde de Margaride, 259 A | 4810-535 Guimarães | Portugal

Avenida da República, 45 | 1º Andar | Escritório 2 | 1050-187 Lisboa | Portugal

Inscrições
comercial@incurso.pt
+351 253 780 190
incurso.pt

INCURSO, Capital Humano
NIF: 505 132 320
geral@incurso.pt

Avenida Conde de Margaride, 259 A | 4810-535 Guimarães | Portugal

Avenida da República, 45 | 1º Andar | Escritório 2 | 1050-187 Lisboa | Portugal

Inscrições
comercial@incurso.pt
+351 253 780 190
incurso.pt